

## 138 **EMPREGO**

# Começa a operação de emergência

As restrições impostas pelas condicionantes externas (alta taxa de juros internacionais) impuseram novos padrões à economia brasileira em 1981, com repercussões imediatas sobre a política de emprego, um dos setores mais afetados. A taxa de desemprego nas 6 principais regiões metropolitanas do País, medida pelo IBGE, oscilou até 8%, o que representa um contingente de cerca de 1 milhão de pessoas fora do mercado de trabalho, segundo estimativas do ministro Murillo Macedo.

Embora a maior concentração de pessoal desocupado ocorra nas áreas de alto coeficiente de industrialização, como em São Paulo, o governo buscou alternativas institucionais e de emergência, com o objetivo de reverter tal situação. O ministro Delfim Netto, por exemplo, acredita que com a retomada do crescimento de 5% no próximo ano (neste ele ficará entre 1 e 3%), a oferta de emprego voltará gradualmente aos níveis anteriores.

Mas enquanto isso não ocorre, a Seplan e o Ministério do Trabalho submeteram ao presidente Figueiredo uma estratégia de curto prazo, capaz de inverter a tendência atual. Nesses estudos, recomenda-se, basicamente, uma nova legislação que disciplinasse a dispensa coletiva, aspecto particularmente vulnerável na legislação em vigor. Por essa lei, entre outras correções, as empresas informam antecipadamente as autoridades sobre seus planos de dispensa de funcionários, permitindo providências oficiais com o propósito de reabsorver (ou reconverter) e mão-de-obra deslocada.

A maior repercussão, contudo, obteve o "Programa de Mobilização Social", recomendado ao governo pelos dois Ministérios, mais voltado para os problemas imediatos daqueles que deixaram o mercado de trabalho. O "PMS" foi concebido para durar 180 dias, com investimentos de Cr\$ 36 bilhões, previsto para criar 80 mil indiretos, embora restrito às zonas urbanas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte.

Os argumentos técnicos a que o programa recorre justificam sua adoção após constatar o aumento de 170 mil desempregados apenas no período abril-junho, nas regiões mencionadas. O "PMS" está moldado de forma a não excitar a demanda por bens importados, embora possa,

eventualmente, provocar perdas localizadas na política de combate à inflação.

No seu desdobramento, ele prevê:

1 — implantação de infraestrutura urbana (serviços de água e esgoto, aceleração de investimentos em transportes de massa, reformas em escolas e postos de saúde, pavimentação de ruas etc);

2 — construção de habitações populares via COHABs, no valor de 1 mil UPCs cada e com 25 anos de financiamento.

Para tanto, essas obras empregarão elevado conteúdo de mão-de-obra de baixa qualificação; terão localização regional adequada; darão resposta imediata, uma vez que se baseiam em projetos já em andamento; farão baixa exigência de bens importados.

Previsto para ser lançado em setembro, sua implantação foi transferida para melhor alocação de recursos para o seu financiamento, sendo praticamente inevitável que o governo recorra a ele ainda no primeiro semestre de 1981, por exigência daquela conjuntura de desestabilização do mercado formal de emprego citada na introdução.